

PLANO DE GOVERNO PARA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO
DA CANDIDATA - GEDALVA UMBAUBÁ

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO – 20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO CENTRAIS.....	4
PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO.....	4
PROPOSTAS DE GOVERNO.....	5
1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	5
2 EDUCAÇÃO.....	5
3 SAÚDE.....	5
4 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	5
5 MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	6
6 INFRAESTRUTURA E REQUALIFICAÇÃO URBANA.....	6
7 CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	7
8 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	7
9 SEGURANÇA	8

INTRODUÇÃO

Este Plano apresenta as principais propostas da candidata Gedalva Umbaubá para a administração municipal no período 2021-2024. O conteúdo programático das propostas foi desenvolvido a partir da experiência adquirida através da articulação comunicativa, ativa e direta com os sancristovenses e ao longo dos quatro anos de mandato da candidata como vereadora da cidade de São Cristóvão, Sergipe. Neste período a candidata programou, propôs e executou projetos estruturantes em serviços críticos para a população, com resultados altamente positivos nas diversas áreas de atuação da gestão. O Plano de Administrativo aqui delineado tem foco em instrumentos de planejamento e rigoroso acompanhamento de metas, e igualmente sustentado sobre uma forte disciplina de execução e meritocracia, através da aplicação de questionários à população possibilitou-se a coleta e análise de informações preciosas para a concepção de novas soluções para a cidade no médio e longo prazo, soluções que levarão a cidade a atingir um posicionamento compatível com a sua importância no Estado.

É importante destacar que as propostas contemplam objetivos e projetos ambiciosos, com envergadura e complexidade que demandarão uma administração extremamente dedicada e competente, muito próxima e conhecedora das necessidades dos cidadãos deste município. Ademais, Gedalva Umbaubá se orgulha do trabalho realizado em seu mandato de simples vereadora, marcada pela presença constante junto à população, e se compromete a liderar, com ainda mais motivação e empenho, a próxima etapa do desenvolvimento de São Cristóvão. Mantendo avaliações constantes e adequações sempre que necessário.

OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO OBJETIVOS CENTRAIS

- Evoluir na acessibilidade e na qualidade da prestação dos serviços públicos municipais.
- Transformar a cidade, dotando-a de equipamentos urbanos mais adequados às demandas e ao crescimento da população.
- Valorizar e garantir o uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural e histórico no processo de desenvolvimento da cidade.
- Garantir maior igualdade de oportunidades para os jovens e crianças são cristovenses.
- Contribuir para a formação de um ambiente de negócios competitivo e para o crescimento econômico sustentável.
- Promover o desenvolvimento de setores estratégicos para a economia do município.
- Tornar a cidade mais integrada do ponto de vista urbanístico e cultural.
- Aumentar os indicadores de qualidade de vida na cidade.

PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO

- Colocar o cotidiano das pessoas como tema prioritário de governo, aproximando-o dos cidadãos.
- Assegurar uma gestão profissional dotada de instrumentos de planejamento e acompanhamento para toda a máquina municipal.
- Estabelecer uma perfeita integração entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais.
- Valorizar, desenvolver e motivar os talentos humanos da Prefeitura.
- Potencializar a capacidade de investimento da Prefeitura através de parcerias com o setor privado e outras esferas de governo.
- Aproveitar o desenvolvimento tecnológico em prol dos serviços ao cidadão e da eficiência dos processos da administração municipal.

PROPOSTAS DE GOVERNO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1. Redução de 20% do salário de prefeito, vices e secretários.

2. EDUCAÇÃO

Investir na educação é uma necessidade urgente, sua contribuição é fundamental para estimular o crescimento e criação de empregos através de vários canais. Para colher plenamente os benefícios da educação, precisaremos de reformas estruturais, a fim de aperfeiçoar os sistemas de educação e de torná-los ainda mais eficientes. Através de ações como:

- 2.1. Valorização e capacitação dos profissionais da Educação;
- 2.2. Implantação do ensino em tempo integral, através do projeto “*Porta Aberta para o Futuro*”.
- 2.3. Estabelecimento de vínculos produtivos com a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o Sergipe Parque Tecnológico (SERGIPETEC);
- 2.4. Melhoria das estruturas físicas e informatização das escolas;
- 2.5. Fortalecimento dos laços Escola e Família;
- 2.6. Promoção da Educação Ambiental e Patrimonial das escolas;
- 2.7. Capacitação dos profissionais da educação para o acolhimento de alunos com deficiência;
- 2.8. Garantir a Gestão Democrática nas escolas da rede municipal.

3. SAÚDE

A saúde é o bem de maior importância para a continuidade da vida, é crucial estimular o crescimento e criação de novas estruturas que garantam melhor acesso a ela. Para atingir um sistema mais integral à saúde é preciso intervenções para:

- 3.1. Valorização e capacitação dos funcionários de saúde;
- 3.2. Efetivo e adequado funcionamento do sistema de atendimento 24 horas;
- 3.3. Abastecimento de medicações de uso contínuo nas Unidades de Saúde da Família (USF);
- 3.4. Realização de mutirões que englobem consultas dentro do aspecto multidisciplinar, marcação e realização de exames;
- 3.5. Pactuar convênios com a rede privada a fim de garantir tratamento e acessibilidade aos dependentes químicos do município;
- 3.6. Estimular as atividades do Programa de Saúde nas Escolas (PSE);
- 3.7. Estabelecer programa de atividades físicas voltadas para a faixa etária acima dos 60 anos.
- 3.8. Reestruturar a organização do sistema de informática utilizado na marcação de exames;
- 3.9. Praticar a gestão participativa, conforme o Sistema Único de Saúde em suas diretrizes, estimulando o envolvimento dos populares;
- 3.10. Revigorar o Conselho Municipal de Saúde.
- 3.11. Adequação das atuais unidades de saúde e criação de novas, conforme diretrizes existentes;
- 3.12. Expandir políticas públicas voltadas para higienização sanitária com foco na situação atual de saúde e objetivando evitar situações de risco;
- 3.13. Fortalecimento da assistência dentro da rede psicossocial.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social, política pública da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), é um direito de todo cidadão que dela necessitar e organiza-se por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que objetiva garantir a proteção social aos indivíduos, famílias e à comunidade no que tange ao enfrentamento de suas dificuldades, por meio de

serviços, benefícios, programas e projetos. Em um município heterogêneo e com muitos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico, é preciso ter um olhar mais sensível e garantir os direitos dos cidadãos. Portanto, nós iremos:

- 4.1 Reformar, fortalecer e adequar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- 4.2 Fortalecer a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
- 4.3 Criar o Centro de Convivência dos Idosos;
- 4.4 Ampliar o Programa Bolsa Família;
- 4.5 Fomentar o programa de políticas de segurança alimentar e nutricional;
- 4.6 Garantir a inclusão dos usuários de grupos específicos;
- 4.7 Fortalecer a Vigilância Socioassistencial;
- 4.8 Realizar a Busca Ativa, visando assegurar que a proteção social seja capaz de chegar aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;
- 4.9 Criar Programa de enfrentamento à violência contra a mulher;
- 4.10 Criar Programa de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
- 4.11 Combater o trabalho infantil via programas de inclusão social em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Conselho Tutelar e a própria comunidade;

5. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Incorporar o ideal de respeito à natureza e do uso sustentável dos recursos naturais, deve ser um trabalho constante e doutrinário aos indivíduos que habitam ou que trabalham nos campos e áreas rurais. Direcionando assim um olhar diferenciado a maior parte das regiões do município de São Cristóvão, é necessário:

- 5.1. Estimular a produção de produtos da Agricultura Familiar;
- 5.2. Vincular parcerias com a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC)/IFS campus São Cristóvão;
- 5.3. Implantar projetos de desenvolvimento das áreas de produção agrícola e animal da Universidade Federal de Sergipe (UFS) junto às comunidades;
- 5.4. Promover capacitação aos agricultores familiares;
- 5.5. Possibilitar a comercialização dos artigos de produção procedentes dos assentamentos do município;
- 5.6. Viabilizar assistência técnica e resolubilidades às problemáticas rurais através do regresso da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro);
- 5.7. Criação da Área de Proteção Ambiental (APA);
- 5.8. Sistematização da coleta seletiva unida às cooperativas correspondentes.

6. INFRAESTRUTURA E REQUALIFICAÇÃO URBANA

O sistema de infraestrutura urbana é composto de subsistemas que refletem como a cidade irá funcionar. Projetos de requalificação urbana, em geral, buscam responder essa demanda por melhoramentos, objetivam reestruturar e reutilizar uma parte considerada decadente de uma área urbanizada no sentido de regular, reviver ou reinstalar maior vitalidade econômica no local em que se inserem. Para alcançar tais princípios é preciso a:

- 6.1. Concepção do Centro Administrativo;
- 6.2. Implantação do Terminal de Integração no Centro Histórico;
- 6.3. Construção de Distrito Industrial
- 6.4. Expansão de novos acessos aos transportes, via construção das avenidas acima e da integração com mais opções de itinerário ligando o Terminal de São Cristóvão e o Terminal do Campus;
- 6.5. Cobrança de renovação das frotas e aumento dos números de ônibus em horários de maior fluxo;

- 6.6. Reestruturação do sistema de abastecimento e distribuição de água no Centro Histórico, em um prazo de 6 meses, resolvendo as constantes falta de água;
- 6.7. Ampliação do programa “Água Todo Dia” que já atende mais de 15 povoados do nosso município, implantado e desenvolvido por Gedalva Umbaubá;
- 6.8. Regeneração das estradas de acesso dos povoados a São Cristóvão;
- 6.9. Pavimentação das ruas com drenagem;
- 6.10. Eliminação de desperdícios em todos os setores, a exemplo da redução de consumo e reaproveitamento de materiais;
- 6.11. Redução de 20% da contribuição de iluminação pública. CIP.

7. CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A cultura de um povo expressa a qualidade de seu desenvolvimento e se constitui em ação cultural. A arte, a cultura e o esporte são instrumentos poderosos de construção de valores, identidades e de perspectivas de futuro. As políticas públicas devem ampliar o acesso dos cidadãos aos direitos culturais, incluindo o fomento à produção cultural, o estímulo à difusão de bens e serviços culturais e a proteção do patrimônio cultural, material, imaterial e natural da nossa sociedade. Para esses fins, nos comprometemos em:

- 7.1. Fortalecer e estimular a expansão das feiras livres do e no município;
- 7.2. Incentivar as manifestações espontâneas nos espaços públicos em parceria com as comunidades;
- 7.3. Recompôr o Festival de Artes de São Cristóvão em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Governo do Estado e iniciativa privada;
- 7.4. Incentivar os grupos folclóricos, resgatando-os no calendário cultural de Sergipe;
- 7.5. Resgatar, junto a Secretaria Estadual de Cultura, o título de Cidade da Seresta;
- 7.6. Sistematizar uma rede de cultura e arte, criando espaços culturais para fomentar a produção e consumo de bens culturais no município;
- 7.7. Construir complexos esportivos para prática de diferentes modalidades de esporte;
- 7.8. Elaborar o calendário anual de campeonatos e torneios de modo a incentivar o esporte;
- 7.9. Recuperar e manter os campos dos bairros;
- 7.10. Dispor de jogos interescolares com participação das escolas municipais, estaduais e particulares.

8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Sua caracterização não se restringe ao crescimento da produção em uma região, mas trata principalmente de aspectos qualitativos relacionados ao crescimento. O desenvolvimento econômico é um processo pelo qual a renda nacional real de uma economia aumenta em longo prazo e a atuação dessas certas forças que operam durante um longo período de tempo, representam modificações em variáveis determinantes. Compreendido e distinto desenvolvimento de crescimento econômico, abraçamos ações de assistência social, trabalho e renda, incluindo o turismo. Corporificamos:

- 8.1. Programas de geração de renda em parcerias com órgãos do Governo Estadual, Governo Federal e iniciativa privada;
- 8.2. Programas de inserção dos jovens e adolescentes (pós 14 anos) ao mercado de trabalho e qualificação profissional;
- 8.3. Estímulo a economia solidária, com apoio e incentivos as cooperativas do município;
- 8.4. Programa “Casa Digna” que envolve a substituição das casas de taipa por casas de alvenaria, com adequadas condições sanitárias, em parceria com o Governo Federal;
- 8.5. Construção do Distrito Industrial, afixando empresas que gerem empregos e renda;
- 8.6. Apoio as feiras de comercialização de artesanato e capacitação dos artesãos, priorizando a mão de obra local;

- 8.7. Revitalização e manutenção dos pólos turísticos: Praça São Francisco, Bica dos Pintos, Balneário de Rita Cacete, Catamarã, Cristo de São Cristóvão e afins;
- 8.8. Capacitação dos guias turísticos;
- 8.9. Criar cadastro municipal do trabalhador, oferecendo oportunidade de trabalho, qualificação e formação profissional;

9. SEGURANÇA

A segurança da sociedade surge como o principal requisito à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres, estabelecidos nos ordenamentos jurídicos. A segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais, municipais e demais organizações da sociedade para ser efetivada. Às instituições incumbidas de adotar ações voltadas para garantir a segurança da sociedade, tem como eixo político estratégico a política de segurança pública, ou seja, o conjunto de ações delineadas em planos e programas como forma de garantir a segurança individual e coletiva. No processo de constituição da política de segurança pública, são elaborados os mecanismos e as estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade que afeta o meio social. A participação da sociedade por meio de suas instituições representativas torna-se como forma de democratizar e garantir uma segurança cidadã. Compreendemos como necessário:

- 9.1. Formular o comitê de segurança pública, ligado diretamente a prefeitura à Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP);
- 9.2. Implantar a Guarda Municipal, que exerce atividade comunitária de segurança urbana, e apoiar os órgãos policiais estaduais e federais;
- 9.3. Melhorar a iluminação das ruas, avenidas e pontos patrimoniais como forma de inibir a criminalidade;
- 9.4. Salientar educação no trânsito através de campanhas, com foco de reduzir da violência e agravos à vida;
- 9.5. Reaver o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) nas escolas de todo o município;
- 9.6. Realizar campanhas contra violências a grupos vulneráveis;
- 9.7. Implantar vídeo monitoramento interligado ao sistema da Secretaria de Segurança Pública (SSP).